

SUPERANDO ENTRAVES POLÍTICOS NAS RELAÇÕES COLABORATIVAS ENTRE MUSEUS E ESCOLAS

SUPERANDO ENTRAVES POLÍTICOS NAS RELAÇÕES COLABORATIVAS ENTRE MUSEUS E ESCOLAS

Roberto Eduardo Albino Brandão, Professor de Ciências e Biologia/Mestrando em Educação Profissional em Saúde (EPSJV/Fiocruz), edu@roberto.bio.br

Resumo: Neste texto, proponho uma reflexão sobre o papel das políticas públicas atuais em educação, com ênfase nas relações colaborativas entre museus e escolas, discutindo elementos considerados fundamentais na formação de professores de ciências, para pensar uma educação científica emancipatória no âmbito da escola pública. O texto apresenta elementos que contribuem para a reflexão sobre a relação entre políticas públicas, o acesso de alunos de escolas públicas aos museus e conhecimentos e estratégias necessárias para os professores se engajarem em ações que visam ampliar o trabalho colaborativo entre museus e escolas.

Palavras-chave: Políticas públicas; Educação em ciências; Museu de ciência; Educação formal e não formal.

Abstract: In this paper, I propose a reflection on the role of current public policies on education, with emphasis on collaborative relationships among museums and schools, taking into consideration key elements concerning the science teacher's formation, focusing on an emancipatory scientific education in public school. The paper presents elements that contribute to the reflection on the relationship among public policies, access to public school students to museums and knowledge and strategies necessary for teachers commitment in actions that aim to enhance collaborative work among museums and schools.

Keywords: Public policy; Scientific education; Museum of science; Formal and no formal education. A atividade pedagógica de visitação ao museu favorece a reflexão, criatividade e a curiosidade, fazendo com que os alunos sintam-se mais motivados na busca do conhecimento. A motivação e a significação do conhecimento, apresentam-se como os principais fatores a influenciar diretamente no processo ensino-aprendizagem do educando, sendo decisivos para melhorar a qualidade na educação. No entanto, há que se compreender que os processos motivacionais na educação, estão imbricados em uma complexa cadeia de causas e consequências, que passam, além dos motivos e intenções dos alunos em participar ou não do seu próprio processo ensino-aprendizagem, pelas dificuldades inerentes às condições objetivas da sua vida na sociedade (desigual). É na materialização das políticas públicas e na realidade social do educando que é possível compreender como se foi construindo o ambiente escolar atual, sobretudo como o modo de produção capitalista impactou a sociedade e vem precarizando a escola pública no Brasil, através dos seus determinantes econômicos e políticos. As políticas públicas refletem a lógica neoliberal, apoiada pela ideia de Estado mínimo, e, conseqüentemente, diminuição dos investimentos em educação. Além disso, influenciada pelo incentivo ao consumo como forma de integração social, tais políticas estão voltadas aos interesses do capital, reproduzindo mecanismos ideológicos que se pautam em conceitos como: *sociedade do conhecimento*, *competitividade*, *individualismo*, *meritocracia*, *empreendedorismo*, *inovação*, entre outros. Nesse

contexto, e fundamentada principalmente nos conceitos de cooperação e de alienação da teoria de Marx, sobre os limites e as possibilidades dessa cooperação, Vasconcellos (2009, p.116) reflete sobre: “[...] a importância das colaborações interinstitucionais para que as ações de colaboração entre museus e escolas possam mais efetivamente contribuir na construção de políticas públicas, ampliando assim seus impactos sociais.” A educação em ciências, de forma emancipatória, e não como força produtiva do capital, apresenta diversos desafios. Entre eles, pode-se destacar o ensino descontextualizado e desmotivador, que valoriza o estudo de conceitos, de métodos científicos e de hipóteses como um fim em si mesmo. É sabido que essa prática vem, ao longo do tempo, diminuindo o entusiasmo dos alunos, ao impedir que eles não se reconheçam como protagonistas de sua própria aprendizagem. Afinal, a precarização das condições de trabalho leva os professores a adotarem, como metodologia, aulas puramente expositivas, favorecendo e/ou ampliando a desmotivação dos alunos. Rolo (2012, p. 22) amplia a discussão sobre a ciência que se ensina: A ideia de que a ciência é uma arena onde se desenrola a luta de classe deve ser interpretada não no sentido de que a ciência “ocupa um domínio neutro” que é objeto de disputa das classes sociais, mas no sentido de que toda ciência produzida na história é a materialização imanente desta luta. Isto implica, para a concepção emancipatória de educação, voltar a politizar a epistemologia, vê-la em seu empenho com os interesses e os valores antagônicos dos diversos projetos de sociedade em disputa [...].

Essa concepção de epistemologia, rompendo com a ideia de neutralidade da ciência, percebendo as visões contraditórias que envolvem a luta de classe, pressupõe, sobretudo, a desalienação do trabalho docente. Não resta dúvida de que há necessidade dos professores repensarem sua prática e o ambiente de trabalho onde estão inseridos, reforçando o sentido dos projetos de trabalho colaborativo entre educadores e instituições, de forma a contribuir para uma educação emancipatória (VASCONCELLOS, 2009). Assim como não se deve pensar a educação dissociada da visão de sociedade que se deseja, ciente de que existem múltiplas concepções de mundo (em disputa), não se deve esquecer que as políticas públicas, ou a ausência delas, refletem a concepção hegemônica de sociedade e tendem a orientar o trabalho docente. É inegável a importância do Estado, enquanto provedor dos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, em garantir as condições mínimas fundamentais à atividade escolar pública. Em decorrência disso, é inegável também que o Estado deve garantir que o educando esteja alimentado, através do fornecimento da merenda escolar, que receba livros didáticos, ambientes limpos e favoráveis ao processo ensino-aprendizagem, etc. No caso do ensino de ciências, considerando a realidade da escola pública atual, as atividades extra-escolares, que incluem os museus de ciências, revestem-se de um caráter fundamental para se pensar a ciência. Existe uma vasta bibliografia apontando para a importância dos museus de ciências como lugares de aprendizagem ativa. Pesquisadoras do campo da educação em museus afirmam que:

[...] os espaços de educação não-formal em ciências vêm ganhando destaque na elaboração das políticas nacionais de ensino e divulgação. Suas ações de cunho educacional e as pesquisas neles desenvolvidas – ambas relativas à fundamentação e prática da educação científica da sociedade e ao aprofundamento da cultura científica do cidadão – asseguram-lhe o status de referência sobre o tema. (VALENTE, CAZELLI, ALVES, 2005, p. 199-200).

As políticas públicas educacionais seguem as diretrizes que o Banco Mundial preconiza para adequar, política e ideologicamente, o sistema educacional ao projeto econômico-educativo da globalização (LEHER, 1996). Políticas que dificultam a concretização de uma educação científica que efetivamente amplie as possibilidades de uma atuação cidadã dos alunos da escola pública. Se, por um lado, o Estado fornece utensílios ao educando e ao professor, totalmente discutíveis sob o ponto de vista da necessidade,

relevância, durabilidade, liberdade de escolha e ideologia, por outro lado, a quantidade de ônibus disponibilizados para atender todas as demandas de aulas externas das escolas é insuficiente. Em outras palavras, os recursos financeiros, que são escassos, aplicados naquilo que poderia ser denominado desnecessário ou secundário, na medida em que não são discutidos com a população diretamente beneficiária, diminui os recursos destinados ao que é considerado prioritário pela comunidade escolar. Essa forma de atuação do poder público, além de limitar as possibilidades das escolas públicas propiciarem a seus alunos as visitas aos museus, não contribui para a *autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira* das unidades escolares, preconizada pela Lei Federal nº 9394/96. Diante desta contradição, entre as possibilidades que a Lei abre para a autonomia da escola e as condições objetivas dela se concretizar, existem muitas outras barreiras para que seja viabilizado o acesso de seus alunos aos museus. Há dificuldades que o professor enfrenta principalmente nas escolas públicas, para acordar com seus alunos e responsáveis um deslocamento diretamente da sua residência para o museu e seu retorno para casa, sem comparecimento à escola. Outra dificuldade refere-se à ausência de aulas para as turmas que permanecem na escola, por ocasião do professor estar acompanhando uma determinada turma ao museu. Ainda que o professor apresente uma estratégia de trabalho, a ser desenvolvida na sua ausência, os gestores escolares alegam que não há pessoal para aplicá-la ou permanecer em sala de aula durante a ausência do professor responsável. Portanto, pode-se deduzir que urgem políticas públicas que deem sentido ao caráter “público”, através de uma democracia verdadeiramente participativa. Em educação, além dos investimentos, espera-se que os representantes políticos sejam testemunhos de seus próprios discursos, diminuindo a distância entre o que se “faz” (prática) e o que se “fala” (teoria). Ressalta-se que o professor, no contexto do “tempo hegemônico” (LEHER, 1996), ao decidir levar sua turma a um museu, não pode ficar passivo frente às dificuldades impostas pelas políticas públicas de educação. Iniciativas como os encontros sabáticos do “Projeto Tecendo Redes por um Planeta Terra Saudável” (Museu da Vida/Fiocruz), na perspectiva do trabalho colaborativo, tendem a mitigar esses entraves políticos, através da construção coletiva de um projeto educacional contra-hegemônico. Ainda que se consiga perceber todas as contradições que permeiam a escola pública, é preciso se perguntar: “Qual é o papel do museu, o da escola e o papel da colaboração entre essas instituições para a construção de políticas públicas que possam ampliar o acesso dos alunos das escolas públicas aos museus”?

Referências Bibliográficas:

LEHER, Roberto. *Educação e tempo desiguais: reconstrução da problemática trabalho e educação*. In: ANPEd – 19ª Reunião Anual – A política de educação no Brasil: globalização e exclusão social. Programas. Caxambu, MG, 22 a 26 de setembro, 1996.

ROLO, Márcio. *Ocupando os latifúndios do saber: subsídios para o ensino da ciência na perspectiva politécnica da educação*. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação da UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VALENTE, M. E.; CAZELLI, S.; ALVES, F. *Museus, ciência e educação: novos desafios*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 12 (suplem.), p. 183-203, 2005.

VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. A colaboração museu-escola em processos emancipatórios de educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (Org.). *Educação Ambiental, Gestão pública, Movimentos Sociais e Formação Humana*. São Carlos: Rima Editora, 2009, p. 115-143.